



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

SEÇÃO 1 – DA IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA REGULATÓRIO

1.1 Resumo

O resumo deve apresentar uma síntese das demais etapas da análise de impacto regulatório, permitindo ao leitor uma compreensão geral do tema.

A aprovação e publicação dessa Deliberação de união dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Alto Rio Grande (GD1) e Vertentes do Rio Grande (GD2) vem corroborar com as discussões iniciadas desde 2011, quando da elaboração dos Planos Diretores das respectivas Bacias nos quais foi recomendado que: “Quanto à gestão, no arranjo institucional apresentaram-se as alternativas possíveis e os prós e contras de cada uma delas. Uma limitação financeira dificulta sobremaneira uma gestão independente da Bacia, o que motivou a indicação de uma gestão integrada com as demais unidades do Rio Grande além de uma integração das unidades Alto Rio Grande (GD1) e Rio das Mortes (GD2)”. “A Bacia do Rio das Mortes - GD2 e a Bacia do Alto Rio Grande – GD1 são contíguas e possuem condições que recomendam uma análise profunda sobre a possibilidade de junção das duas em apenas uma Unidade de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos”. No entanto o debate se tonou mais incisivo após a Moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 01/2021 que “recomendou aos Comitês de Bacias Hidrográficas a avaliação de cenários de seus territórios de atuação e gestão, de forma que, a partir da implementação da Cobrança pelo uso de recursos hídricos, se mantenham com capacidade financeira de manutenção de estrutura de apoio administrativo e com capacidade de investimento para o enfrentamento de eventos hídricos extremos e sejam indutores da implementação de ações de melhoria e aumento da disponibilidade hídrica nos seus territórios”. Dessa forma, o Igam, por meio de estudos como os Planos Diretores de Recursos Hídricos e por conhecer o território de ambas as bacias e saber das similaridades entre elas, reforçado pela MOÇÃO CERH MG Nº 01/2021, indicou a possibilidade de união desses dois CBHs. A partir de então o assunto foi amplamente discutido em reuniões com as Diretorias e plenárias de ambos os Comitês, inclusive em reuniões conjuntas. Entre os pontos discutidos, o principal destaque foi referente a arrecadação da Cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia, aprovada em ambos os Comitês. Com a união, os recursos arrecadados somarão um montante maior para ser aplicado na bacia, possibilitando o desenvolvimento de projetos mais robustos para a região do Alto Rio Grande e Vertentes do Rio Grande. Assim, a união dos CBHs foi aprovada pela plenária do CBH Alto Rio Grande em agosto de 2022, por meio da Deliberação CBH GD1 nº 20/2022 e em outubro de 2022, pela plenária do CBH Vertentes do Rio Grande, por meio da Deliberação CBH GD2 nº 38/2022.

SEÇÃO 2 – DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

2.1 Qual o problema regulatório a ser solucionado?

Deve ser definido o problema que motivou a pretensão de elaborar o ato normativo, apontando suas causas, consequências e magnitude.

De acordo com os Planos Diretores de Bacias Hidrográficas das a Bacia do Rio das Mortes - GD2 e a Bacia do Alto Rio Grande – GD1 são contíguas e possuem condições que recomendam uma análise profunda sobre a

SEÇÃO 2 – DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

possibilidade de junção das duas em apenas uma Unidade de Planejamento de Gestão de Recursos Hídricos. Ademais, a Moção do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 01/2021 recomendou que: os Comitês de Bacias Hidrográficas fizessem uma avaliação decenários de seu território de atuação e gestão, de forma que, a partir da implementação da Cobrança pelo uso de recursos hídricos, se mantenham com capacidade financeira de manutenção de estrutura de apoio administrativo e com capacidade de investimento para o enfrentamento de eventos hídricos extremos e sejam indutores da implementação de ações de melhoria e aumento da disponibilidade hídrica nos seus territórios”.

2.2 Quais os atores ou grupos afetados pelo problema regulatório identificado?

Deverão ser indicados os atores ou grupos afetados pelo problema regulatório, de que maneira são afetados e qual a relevância dos efeitos suportados por cada um.

O atores serão afetados positivamente: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam: Otimização da gestão de recursos hídricos na Bacia em face da união dos CBHs; Qualificação da quórum de discussão nas reuniões. Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande – GD1e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Mortes - GD2 : otimização das reuniões plenárias e recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos; Qualificação da quórum de discussão nas reuniões. Secretariade Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Otimização do repasse dos recursos de custeio Fhidro para as despesas de viagens dos Conselheiros e do Auxiliar Administrativo que atende os CBHs;

2.3 Quais os atos normativos que regulamentam a ação governamental sobre o tema tratado?

Deve ser verificado se o órgão ou a entidade detém competência para regulamentar a matéria, indicando os dispositivos legais que fundamentam tal competência. Ademais, deve ser verificado se a matéria se relaciona com a competência de outros órgãos e entidades e se é necessária a sua participação no processo.

Lei 9.433 /1997; Lei 13.199/1999; Deliberação Normativa do CERH nº 66/2020; Deliberação Normativa CERH - MG nº 69/2021; Deliberação Normativa CERH-MH nº 04/2002; Deliberação CBHGD1 nº 20/2022; Deliberação CBH GD2 nº 38/2022.

2.4 Qual o objetivo que se pretende alcançar com a edição do ato?

Devem ser delimitados os objetivos que se pretende alcançar por meio da regulamentação, os quais deverão estar alinhados aos objetivos e diretrizes do próprio órgão ou entidade. Se possível, a etapa deverá incluir a fixação de metas, que correspondem aos valores a serem atingidos por meio da adoção das alternativas de ação.

Otimizar a gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas; Qualificar o quorum de discussão nas reuniões plenárias. Otimizar os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos; Reduzir o repasse dos recursos de custeio do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais para as despesas de viagens dos Conselheiros e do Auxiliar Administrativo que atendem os CBHs;

SEÇÃO 3 – ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS**3.1 Quais as alternativas para o enfrentamento do problema regulatório identificado?**

A partir da definição dos objetivos, deve-se enumerar e descrever as possíveis alternativas para o tratamento do problema identificado, incluindo opções não normativas e a hipótese de não adoção de qualquer ação. São exemplos de opções não normativas: a auto regulação, os incentivos econômicos e as ações educativas. As alternativas mapeadas devem ser, ao mesmo tempo, proporcionais, razoáveis e adequadas, de modo que sejam suficientes para o enfrentamento do problema, sem implicar em uma intervenção exacerbada. Em outras palavras, as alternativas não podem ir além ou

SEÇÃO 3 – ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

ficar aquém do necessário para o alcance dos objetivos. Em seguida, as alternativas devem ser avaliadas quanto à sua viabilidade, levando em conta os aspectos técnicos, tecnológicos, administrativos, jurídicos, ambientais, sociais e econômicos. Apenas as alternativas consideradas viáveis serão objeto de análise detalhada, enquanto as demais devem ser objeto de justificativa para a sua exclusão.

A alternativa que irá trazer efetividade para a gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas trata-se inicialmente pela aprovação da Deliberação pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH e posterior publicação de Decreto pelo Governador do Estado.

3.2 Quais os possíveis impactos das alternativas apresentadas?

Devem ser identificados e analisados os impactos, positivos e negativos, das alternativas de ação consideradas viáveis, com o objetivo de avaliar se seus benefícios serão superiores aos seus custos e desvantagens. Para cada uma das alternativas, devem ser indicados quais e de que modo os atores e grupos serão afetados, considerando, inclusive, os impactos sobre o próprio órgão ou entidade.

O atores serão afetados positivamente: Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam: Otimização da gestão de recursos hídricos na Bacia em face da união dos CBHs; Qualificação da quórum de discussão nas reuniões. Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande – GD1e Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Mortes - GD2 : otimização das reuniões plenárias e recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos; Qualificação da quórum de discussão nas reuniões. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: Otimização do repasse dos recursos de custeio do Fhidro para as despesas de viagens dos Conselheiros e do Auxiliar Administrativo que atende os CBHs;

3.3 Comparação das alternativas e escolha

Deve ser realizada a comparação das alternativas consideradas viáveis, apontando, justificadamente, a alternativa ou a combinação de alternativas que se mostra mais adequada para alcançar os objetivos pretendidos. A metodologia a ser utilizada para comparação das alternativas deve ser definida pelo responsável, caso a caso, sendo importante a sua descrição no relatório, a fim de evitar questionamentos quanto às suas conclusões.

A alternativa que irá trazer efetividade para a gestão de recursos hídricos nas Bacias Hidrográficas trata-se da publicação da Deliberação proposta e, posteriormente do Decreto em face da união já aprovadas nos citados Comitês de Bacias Hidrográficas.

SEÇÃO 4 – DA ALTERNATIVA SELECIONADA

4.1. Quais são as estratégias de implementação, fiscalização e monitoramento da alternativa selecionada?

Deve ser realizada a descrição da estratégia para implementação da alternativa sugerida, abordando a necessidade de edição, de alteração ou de revogação de normas. Não é necessário, neste momento, elaborar a minuta do instrumento recomendado, seja ele normativo ou não, devendo, apenas, ser apontadas as diretrizes relevantes a serem observadas na sua elaboração. Caso a ação exija a previsão de atividade fiscalizatória, com o fim de garantir o cumprimento do instrumento, deve-se indicar, ao menos, o tipo de fiscalização, as unidades responsáveis e as penalidades aplicáveis na hipótese de descumprimento. Ademais, a etapa deve incluir a forma de monitoramento dos resultados obtidos a partir da implementação da ação recomendada, mediante a definição de indicadores e a comparação dos resultados com as metas previamente estabelecidas. Quando observado o não cumprimento das metas, o monitoramento se prestará a indicar as razões e as medidas a serem adotadas para reversão do quadro, incluindo, se for o caso, a alteração do instrumento implementado.

Após a publicação da Deliberação de aprovação da União dos Comitês será formalizado, pelo Igam, o processo para aprovação e publicação pelo Governador do Decreto de Instituição do Comitê. Após a publicação do referido Decreto será realizado, pelo Igam, o processo eleitoral para constituição da plenária do Comitê de

SEÇÃO 4 – DA ALTERNATIVA SELECIONADA

Bacia Hidrográfica Nascente do rio Grande para a gestão de 2023 a 2027. Assim que os Conselheiros tomarem posse será eleita a diretoria representada pelo Presidente; Vice presidente; Secretario e Vice Secretário os quais terão mandato de 2 (dois) anos. A partir de então o Comitê estará legalmente constituído com vistas ao cumprimento da Política Estadual lei nº 13.199/1999 : promover o debate sobre as questões hídricas; arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados com o uso da água; aprovar e acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia, bem como estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso da água, sugerindo valores a serem cobrados e aprovados nos planos de aplicação de recursos oriundos da cobrança, bem como aprovar outorga de direito de uso da água para empreendimentos de grande porte e com potencial poluidor.



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Lourdes Amaral Nascimento, Gerente**, em 05/04/2023, às 14:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Figueiredo Santana, Diretor (a)**, em 05/04/2023, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **63239892** e o código CRC **86160F52**.